Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do Município de Fazenda Rio Grande - Paraná.

Pregão Eletrônico nº 123/2022

Objeto: Prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos do Município de Fazenda Rio Grande.

ENGEGREEN COLETA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS

LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.006.423/0001-96, com endereço na Rua Frei Policarpo, 367, bairro São Bernardo, União da Vitória/PR, CEP 84600-408, por meio de seu representante legal, vem perante essa Comissão para, nos termos do art. 41, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA**, na forma a seguir:

A Impugnante é pessoa jurídica que presta serviços no ramo de atividades conforme objeto licitado.

Pretendendo participar da licitação em epígrafe, promovida por esse Município, tomou conhecimento do respectivo Edital.

Contudo, analisando o instrumento convocatório, foi constatada irregularidade quanto ao objeto da licitação, a qual restringe o caráter competitivo do certame.

Isto porque, o item 1 – DO OBJETO, aglutina indevidamente vários serviços, quais sejam, **serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos.**

No Termo de Referência Complementar ao Anexo I, os serviços são especificados da seguinte forma, porém a empreitada é global e o julgamento das propostas é por preço global:

- COLETA SELETIVA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS EM LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (ASSOCIAÇÃO DE CATADORES) – LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE;
- COLETA REGULAR, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, DE COMÉRCIO E AFINS;
- EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, INCLUINDO A COLETA, O TRANSPORTE E A DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA.

Como se vê, o objeto é integrado por serviços divisíveis e que poderiam perfeitamente ser adjudicados **por item ou lote**, até porque a varrição de vias nada tem a ver com a coleta e transporte de resíduos, sendo totalmente inadequada a aglutinação que se apresenta nessa licitação.

Isso porque, com a aglutinação dos itens conforme consta no edital, há evidente restrição ao caráter competitivo da licitação e atentado à economicidade, uma vez que impede a participação de um maior número de empresas que podem prestar serviços ao Município.

Portanto, temos que o objeto definido no edital, afigura-se injustificado, já que se trata de serviços distintos.

Sobre o assunto, cabe suscitar o entendimento do Tribunal de Contas da União:

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, é obrigatório que seja feito parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. O agente público define o objeto da licitação e verifica se é possível dividir as compras, obras ou serviços em parcelas, que visam a aproveitar as peculiaridades e os recursos disponíveis no mercado. É o caso, por exemplo, de uma construção em que se pode dividir as diversas etapas (limpeza do terreno, terraplanagem, fundações etc.) em licitação por itens individualizados. (Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações básicas. Tribunal de Contas da União. 3ª ed. rev. atual. e ampl. Brasília: 2006, págs. 69 a 73.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina também mantém o entendimento da impossibilidade da aglutinação de itens. Vejamos:

REPRESENTAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE. INDEVIDA AGLUTINAÇÃO, EM UM ÚNICO LOTE, DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE ESTUDO DE INVIABILIDADE TÉCNICA OU ECONÔMICA DA DIVISÃO DOS SERVIÇOS EM LOTES DISTINTOS. IRREGULARIDADE. PARTICULARIDADE DO CASO CONCRETO. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO.

Na licitação objetivando a contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, deve a unidade gestora levar em conta a quantidade de resíduos a ser coletado, as características territoriais, os itinerários, as distâncias de deslocamento, a logística, a quantidade de veículos, o crescimento da demanda ao longo do tempo, a realidade local, o mercado do serviço a ser licitado, os aterros disponíveis nas proximidades, entre outros fatores, a fim de demonstrar a viabilidade técnica e/ou econômica.

Diante da ausência de estudo técnico demonstrando a inviabilidade econômica da divisão dos serviços em lotes distintos (não aglutinada), mas, havendo evidências de que o fracionamento do objeto da licitação poderia não gerar economia aos cofres públicos, dada a imprevisibilidade do interesse de empresas especializadas no ramo da limpeza pública em participar do certame nessas condições, o pequeno volume de resíduos gerados na localidade, o pequeno porte do município, o valor anual previsto para a despesa, aliado ao lapso temporal transcorrido desde a licitação encerrada e à ausência de elementos indicativos de grave omissão ou desidria na condução do processo licitatório, é possível afastar a necessidade de elaboração de estudo técnico de viabilidade econômica, já que demandaria mais prazo, correndo-se o risco de ocasionar solução de continuidade na prestação dos serviços essenciais. (Processo nº 1801222239. Acórdão nº 576. Rel. CLEBER MUNIZ GAVI. Publ. em 08/072020)

Com efeito, o parcelamento é muito importante porque possibilita a participação de empresas de menor porte nas licitações, amplia a competitividade e contribui para a obtenção de menor preço para a Administração Pública.

Isto porque, com a utilização do parcelamento, pequenas e médias empresas podem preencher os requisitos de disputa para prestação de serviços e, assim haverá preservação da economia de escala.

No caso em tela, existem parcelas de natureza específica que podem ser executadas por empresas com especialidades próprias e diversas, com viabilidade técnica e econômica, impondo-se o parcelamento em itens e o respectivo **juízo por item**.

Contudo, na presente licitação há aglutinação de serviços em um único objeto, sem qualquer justificativa plausível **que assegure a ampla competitividade do certame**, em desacordo com o disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/93.

Desta forma, é necessária a correção do edital para que o objeto seja dividido em itens, com o juízo realizado POR ITEM.

Isto porque não se pode admitir a manutenção do edital como se encontra, eis que **evidente a possibilidade de juízo e adjudicação por itens, possibilitando um universo maior de concorrentes no certame**.

Ora, a aglutinação desses **serviços autônomos e dissociáveis** é prática reprovável, que retira das micro, pequenas e médias empresas a possibilidade de prestarem serviços em prol do ente público, com a preferência dessas em favor de grandes empresas do setor.

E, mantendo-se essa aglutinação, a licitação impede a participação do maior número possível de pretendentes a contratar com a Administração Pública, em um processo seletivo que lhes permita igualdade de condições.

Impede ainda, que o Poder Público possa pactuar com aquele que lhe ofereça melhores condições técnicas e econômicas, com a segurança exigida.

Assim, limitando o universo de participantes, a Administração conseqüentemente prejudica a livre concorrência e caracteriza infração à ordem econômica, vez que favorecerá determinadas empresas em detrimento de outras, aptas a executar os serviços objeto do Edital de Licitação, frustrando a competitividade, inibindo a participação na licitação.

ANTE O EXPOSTO, requer seja acolhida a presente Impugnação, para o fim de suspensão da presente licitação e adequação do objeto às diretrizes legais.

Termos em que
Pede deferimento.

União da Vitória, 23 de novembro de 2022.

RICARDO LUIS

BONIN:04593559960

Assinado de forma digital por

RICARDO LUIS

BONIN:04593559960

Dados: 2022.11.23 17:10:03 -03'00'

ENEGREEN COLETA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS LTDA.